

VOZES QUILOMBOLAS DO TOCANTINS: AMBIENTE, TERRITÓRIO E IDENTIDADE

QUILOMBOLAS” VOICES OF TOCANTINS: ENVIRONMENT, TERRITORY AND IDENTITY

Rose Dayanne Santana Nogueira

Universidade Federal do Tocantins (UFT)
rosedsantana@gmail.com

Verônica Dantas Meneses

Universidade Federal do Tocantins (UFT)
veronica@mail.uft.edu.br

Resumo: O artigo analisa as representações de território e identidade a partir das falas de homens e mulheres quilombolas nos textos publicados no livro “Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares”, pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins. Busca-se identificar como o território se configura nas expressões culturais e na definição da identidade quilombola, destacando-se estas expressões como forma de resistência cultural e de visibilidade social. Assim, trabalhamos conceitos situados entre as relações de ambiente, território e identidade nas vozes quilombolas. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa pela qual identificamos como o livro constituiu-se um elemento educativo e de resistência que expressa o “Ser Quilombola” como algo resultante do processo histórico e do território que os conforma.

Palavras-chave: Reterritorialidade; Identidades quilombolas; Resistência.

Abstract: This paper analyzes the representations of territory and identity from the lines of men and women (belonging to communities that originate from African slavery in Brazil) published in book “Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares, published by Public Defender’s Office state of Tocantins. The aim is to identify how the territory is in the cultural expressions and in the definition of the quilombola identity, highlighting these expressions as a form of cultural resistance and social visibility. Thus, we work concepts between the relations of environment, territory and identity in quilombolas voices. The research has a qualitative approach by which we identify as the book was an educational element that expresses “Quilombola” as something resulting from the historical process and the territory that conforms them.

Palavras-chave: Re-territoriality; Quilombolas identities; Resistance.

Introdução

Problematizar as questões de território na região Amazônica torna-se ainda mais emblemático “considerando-se que a região tornou-se alvo de interesses internacionais conflitantes: de um lado, a consciência ecológica, autêntica e, de outro, as pressões geopolíticas conjugadas à valorização da biodiversidade como fonte da ciência, tecnologia e poder” (SANTOS, 2012, p. 83). Nesse ínterim, situam-se as comunidades periféricas e os povos tradicionais. Dentre os desafios contemporâneos, cabe notar que a Amazônia não é uma região “uniforme e monótona”, no dizer de Santos (2012, p. 84).

Em meio a um processo de ocupação predatório e irracional, houve o desprezo pelas populações tradicionais. E, atualmente, mais ainda se discute a necessidade de garantir a “convivência pacífica entre comunidades humanas pertencentes a diferentes culturas” (SANTOS, 2012, p. 88), e a implementação de ações de desenvolvimento que congreguem a diversidade étnica e a multiplicidade de valores e crenças destes povos tradicionais que possuem também um modo próprio de interação com o ambiente que os cerca.

Ambiente e território são, por conseguinte, *locus* de identificação destes povos. O reconhecimento da identidade é uma ferramenta importante de resistência para a população quilombola do Brasil, tanto que, de acordo com a legislação vigente no país, a autodefinição dos membros é um dos critérios de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo, juntamente com a identificação de práticas culturais, da ancestralidade e da ligação da comunidade ao território tradicionalmente ocupado. O presente artigo situa-se na relação entre cultura e

meio ambiente, elencando o território como elemento que transcende o lugar e constitui-se como discurso afirmativo de identidade e de resistência, cuja preservação, portanto, configura-se elemento essencial tanto para a sobrevivência de comunidades tradicionais como para a afirmação de sua identidade e melhoria da autoestima.

Analisamos neste trabalho as vozes que ecoam na obra “Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares”, publicado em 2016 pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins, que reúne textos de homens e mulheres quilombolas a partir da temática “ser quilombola”, os quais tiveram seus versos selecionados para o livro por meio de Concurso Cultural¹ direcionado às comunidades do Estado, organizado pelo Núcleo Especializado da Defensoria Pública Agrária (DPAGRA).

O livro está dividido em três capítulos, dos quais analisaremos o primeiro intitulado “Palavras e Olhares”, que traz 17 textos sobre ser quilombola, em verso e prosa, escritos por membros das 12 Comunidades Quilombolas do Tocantins que participaram do Concurso, localizadas em oito municípios que abrangem regiões de Norte a Sul do Estado.

As análises seguiram os princípios metodológicos da análise da narrativa, a partir do que orienta Luiz Motta.

A análise da narrativa é um procedimento hermenêutico: analisá-las é interpretar as ações dos homens e as relações sociais, compreender o ser humano e o mundo onde ele vive. As narrativas permeiam toda a nossa existência. Estudá-las é refletir sobre o significado da experiência humana e sobre o quê as narrativas realizam enquanto atos de fala (MOTTA, 2012, p.23).

O procedimento metodológico, portanto, mostrou-se adequado às perspectivas que buscamos e para responder aos objetivos do trabalho, uma vez que pudemos inferir a partir da observação da lógica narrativa (MOTTA, 2013), as mensagens, dos contextos e dos sentidos deixados à mostra nos textos.

Território, cultura e identidade e a questão quilombola

Conforme dados da Fundação Cultural Palmares (BRASIL, 2017)², o Estado do Tocantins conta atualmente com 44 Comunidades quilombolas, das quais 37 estão certificadas, além de 35 associações quilombolas organizadas no Estado. Definir o que é “quilombo”, “remanescente de quilombo”, “identidade/ser quilombola” é um processo tensionado quer seja no campo científico quer seja no campo político.

Castells (1999, p. 23) diz que, do ponto de vista sociológico, “toda e qualquer identidade é construída” e que a principal questão dessa construção “diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece”. Não seria diferente com as questões de identidade quilombola uma vez que, no Brasil, essa construção vem sendo elaborada ao longo dos séculos, desde que os africanos vieram para o país para ser escravizados e eternizar esse capítulo da história que envergonha, revolta e entristece. Consideramos, portanto, o livro ora em questão como narrativa que reforça a construção da identidade quilombola, congregando, portanto, uma função educativa.

Com a promulgação da Constituição Federal, no ano de 1988, pode-se vislumbrar no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) uma garantia efetiva à população quilombola, que garante que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Mas o artigo por si só trazia restrições para sua efetividade e aplicação, até mesmo por falar exclusivamente em propriedade fundiária, terra, dando uma visão de grupo como unidade fechada e isolada, sem considerar todas as questões que abarcam o território.

¹ Com o tema “Ser Quilombola”, o Concurso foi lançado no dia 23 de setembro de 2016 e o resultado divulgado no dia 28 de outubro do mesmo ano, por meio do site institucional. A escolha dos classificados foi feita por uma Comissão Avaliadora formada por membros internos e externos, que levaram em consideração os critérios dispostos no Edital, como: adequação ao tema, no que se refere ao ser quilombola, visão, cultura e identidade tradicional, clareza e coesão, além de criatividade poética, respeitando ainda a oralidade traduzida nos textos (DEFENSORIA, 2016).

² Informações atualizadas até 12 de setembro de 2017. Nas referências apresenta-se a fonte para acesso ao quadro geral das comunidades remanescentes de quilombos.

Haesbaert (2003), ao falar sobre o “fim dos territórios” e o avanço dos processos de desterritorialização rumo à multiterritorialidade, aponta que há essa confusão entre o território e o espaço, e ressalta que o discurso que vem sendo propagado como desterritorialização, muitas vezes, confunde-a com o desaparecimento dos territórios como se fosse simples debilitamento da mediação espacial nas relações sociais. Para esse autor, o território não é apenas uma base espacial apropriada e não pode ser visto apenas como um objeto em sua materialidade ou mero recurso analítico e, sim, ao mesmo tempo, como recurso ou instrumento de poder e um valor, valor este que vai além do atribuído ao uso ou a troca, uma vez que se estende pela valorização simbólica e identitário-existencial do grupo.

Logo, a territorialidade perpassa os significados criados e perpetuados culturalmente. Bhabha (2013), ao propor uma leitura do conceito de hibridismo, fala do local da cultura, não no singular ou com identificações fixas, mas como locais de cultura, e apresenta conceitos como os “entre-lugares”, “entre-tempos”, terrenos deslizantes da enunciação.

No que se refere à questão dos remanescentes de quilombo embora terra seja um elemento crucial para a sobrevivência da comunidade, ela não é o único. Ela é um desses elementos, um desses “entre-lugares”, logo, para além de uma questão fixa, a demanda pela terra integra-se ao pleito do território, que abarca a formação histórica e cultural da coletividade. “Quer dizer: a terra, base geográfica, está posta como condição de fixação, mas não como condição exclusiva para a existência do grupo” (LEITE, 2000, p. 344), ampliando a noção de território.

Mais além, o conceito de território como “entre-lugar” pode até mesmo constituir-se também no próprio corpo, neste caso, o corpo dos homens, mulheres, crianças e idosos quilombolas. O corpo como território social e cultural exerce alguma influência sobre pessoas externas aquele território, e transforma-o em instrumento de resistência. “Cada corpo vivo é um espaço e tem seu espaço: ele se produz no espaço e produz o espaço” (LEFEBVRE *apud* HAESBAERT, 2016, p. 277).

Por fim, é preciso ainda tensionar as noções e os conceitos de quilombo como unidade fechada, e de remanescentes como algo que desapareceu ou está em vias de desaparecer.

A noção de “remanescente”, como algo que já não existe ou em processo de desaparecimento, e também a de “quilombo”, como unidade fechada, igualitária e coesa, tornou-se extremamente restritiva. Mas foi principalmente porque a expressão não correspondia à autodenominação destes mesmos grupos, e por tratar-se de uma identidade ainda a ser politicamente construída, que suscitou tantos questionamentos (LEITE, 2000, p. 340).

Para os movimentos sociais a ideia de quilombo não se restringiria a uma questão meramente de terra, por isso deveria conceber a ideia de um “elemento aglutinador, capaz de expressar, de nortear aquelas pautas consideradas cruciais à mudança, de dar sustentação à afirmação da identidade negra ainda fragmentada pelo modelo de desenvolvimento do Brasil após a abolição da escravidão” (LEITE, 2000, p. 340).

Em busca de um consenso, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em 1994, após reunir o Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais, elaborou um conceito de “remanescente de quilombo”:

Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar (ABA, 1994).

O que se vê é, portanto, um posicionamento crítico em relação à visão estática do quilombo, evidenciando que “mais do que uma realidade inequívoca, o quilombo deveria ser pensado como

um conceito que abarca uma experiência historicamente situada na formação social brasileira” (LEITE, 2000, p. 342).

Ainda foram precisos muitos debates, pressão e luta dos militantes ao longo dos anos para que o dispositivo constituinte fosse regulamentado. Passaram-se quinze anos, quatro presidentes da República, até que no ano de 2003, fruto de um diálogo com a sociedade civil, o Decreto nº 4887 foi editado, datado simbolicamente de 20 de novembro de 2003, o Dia da Consciência Negra. O Decreto regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, das quais trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL, 2003).

No art. 02 do Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, encontra-se a definição, para fins legais, do que são Remanescentes das Comunidades dos Quilombos, ou seja, “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. O Decreto reforça o caráter coletivo do sujeito do direito, preconizando que a caracterização dos remanescentes será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

As vozes do livro “Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares”

Até 2016, das comunidades certificadas no Tocantins, a Defensoria Pública do Estado do Tocantins já havia visitado 42, das quais membros de 12 delas participaram do Concurso Cultural. Foram 15 quilombolas tocaninenses com textos selecionados para o livro, seis são homens e nove são mulheres, sendo que dois autores tiveram dois poemas selecionados.

As narrativas destes textos, escritos por homens e mulheres quilombolas (membro de uma comunidade que se autoidentifica como remanescente de quilombo e que busca reconhecimento como tal, inclusive no que se refere ao acesso às políticas públicas a ela destinadas), nos informam sobre sua identidade e seu território. A partir de agora, os trechos em destaque são originados do livro *Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares* (2016).

Meu caro, se auto-reconheça e mostre que não serão eles que irão te definir, diga em alto e bom som ‘SOU QUILOMBOLA’ e essa é a minha história, povo forte de riqueza e cultura magnífica (Poema “Ser Quilombola”, p. 65).

De acordo com este primeiro trecho selecionado do *corpus* confirma-se que a identidade quilombola é autorrepresentada com características para além do espaço e inclui traços históricos e culturais. Nesse aspecto, entende-se que o ser quilombola, apesar de comportar também uma comunidade em um território demarcado, não se restringe ao mesmo, pois denota histórias de lutas e resistências comuns que ultrapassam o espaço.

A história de lutas e resistência tem um foco marcado nos parentescos e eles não se veem como indivíduos isolados, mesmo que o isolamento tenha conformado a criação dos primeiros quilombos, pois é na construção coletiva, que tem como base a família e a terra (herança e ancestralidade), que eles se identificam, como se observa no próximo trecho de poema:

[...]

Amigos quilombolas presta bem atenção na história que vou contar,

Me chamo José Ribeiro, sou simples, mas guerreiro...

Sangue Araujo, mas assino como Ribeiro,

Sandola é meu pai e Eduarda minha mãe,

Tomo suco de limão, no meu quilombo não tem champanhe.

(Poema “Minha História”, p. 41).

Para Flores e Silva (2013), a identidade precisa ser compreendida como um processo de identificações apropriadas historicamente e que significa um despertar do sentimento de pertencer

a um grupo, seja ele étnico, religioso ou cultural.

Esse sentimento de pertencimento a um grupo ligado, em sua maioria por laços sanguíneos e formas tradicionais de reprodução de vida, seja social, cultural ou econômica, é o que existe de mais forte entre as populações quilombolas (FLORES; SILVA, 2013, p. 38).

Nesse sentido, Rocha (2010) reflete que a luta das comunidades quilombolas pela sobrevivência de seus traços culturais e modos de vida, os quais se produzem e reproduzem-se no território étnico, numa relação de sentimento de pertencimento advindo da territorialidade, não sobrevive apenas quando determinado grupo ou comunidade permanece isolado, pois a identidade transcende inevitavelmente suas fronteiras.

[...]
Quilombola, quilombola
Povo de humildades, riquezas
Multiplicidades e costumes.
Quilombola, quilombola
Cada comunidade com
Sua realidade e cultura
Queremos uma sociedade
Igualitária.
(Poema “Povo Forte”, p. 45).

Segundo Castells (1999, p.22), a identidade é “a fonte de significado e experiência de um povo”, não se tem conhecimento de um povo que “não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida” (CALHOUN *apud* CASTELLS, 1999, p. 22).

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seus significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço (CASTELLS, 1999, p.23).

Assim, parte-se do território como lócus de pertença e ação coletiva. É o que se vê nos textos quilombolas publicados no livro, conforme se infere dos trechos a seguir, retirados de alguns poemas da obra:

[...]
Orgulho de ser Brasil
Orgulho de ser jalapoeira
Orgulho de ser Quilombola
Quilombo povoado do Prata
Isso sim é ser Quilombola”
(Poema “Ser Quilombola”, p.25).

[...]
Ser quilombola é falar do meu lugar
Do meu sertão dianopolino.
Falo tudo o que tiver
Do lugar onde eu ensino
(Poema “Ser Quilombola: ter lugar, ter beleza”, p. 53).

[...]

*Sou quilombola da Malhadinha,
Minha casa é de adobe, simples e acolhedora
É cultura do meu povo ajudar e estender a mão.
Ser quilombola é um orgulho, está aí a satisfação.
(Poema “Ser Quilombola”, p. 41).*

[...]
*Sou negro Guerreiro com meus pés no chão...
Sou negro Quilombola do Morro de São João...
(Poema “Negro Guerreiro”, p. 49).*

[...]
Ser quilombola nesse querido quilombo, povoado de muita história e cultura para ensinar e aprender.
(Poema “Ser Quilombola”, p. 77).

[...]
*Todos têm um pedaço de terra
E a sua própria casinha
Além da fartura e a criação
Tem a produção de farinha
(Poema “Ser Quilombola”, p. 73).*

Assim, ao tempo em que se referem a um lugar, espaço, demarcado, falam da pertença a uma comunidade imaginada³, conforme Benedict Anderson, o “ser Brasil”, o “ser jalapoeira” (da região do Jalapão), de um território maior, diluído, repleto de relações e tensões: O Sertão; quilombo de lutas e felicidades; comunidade *versus* cidade; o lugar praticado⁴ “onde eu ensino”.

“Ser quilombola” é ser da Comunidade “Povoado do Prata” e “Morro São João”. Falar do lugar (*lócus* de pertença) destes grupos/indivíduos, é falar do “sertão dianopolino”, que é também o espaço onde trabalha, “lugar onde eu ensino”, Comunidade Malhadinha, onde a simplicidade e o acolhimento se somam à solidariedade, onde se ajudam - “estender a mão”, pois é parte da cultura “do meu povo ajudar”. É ainda resistir para manter vivas tradições e história, histórias que amam, é onde estão suas casas e seu “pedaço de terra”, é o *lócus onde se desenvolve* os papéis e/ou funções sociais.

A questão do ambiente também é viva nas vozes quilombolas. A conexão com a terra e com aquilo que ela oferta torna a natureza um sujeito nas relações cotidianas.

[...]
Ser quilombola é valorizar as plantas medicinais
São de grandes variedade
Fazemos remédios caseiros
Substituindo os da cidade

[...]
Ser quilombola é olhar para as árvores
Vejo o macaco e papagaios
Fico feliz quando vejo
Balançando pelos galhos.
É ver a arara e o periquito
Camaleão e jacu
Ver veado e guaxinim
E também ver o tatu
(Poema “Ser Quilombola: ter lugar, ter beleza”, p. 53).

“Ser quilombola” é manter-se conectado com o território, valorizando a natureza e o ambiente que guarda o grupo, que marcam suas tradições, pois além de alimento, oferece “remédios” que

3 Cf. Comunidades Imaginadas, Benedict Anderson.

4 Cf. A invenção do Cotidiano, Michel De Certeau.

substituem os da cidade. E, para além disso, “ser quilombola” é ser feliz ao conectar-se com o ambiente em que vivem.

Como percebemos, as narrativas sobre o território e da relação do indivíduo com o meio ambiente, enquanto marcadores de identidade, do ser, aparecem interconectadas, imbricadas nas práticas culturais, na condição de matérias-primas para a construção da identidade. Segundo Motta (*apud* MOTTA, 2012, p.63), “é inconcebível fazer a análise de um objeto (as narrativas) como se ele pairasse isolado no espaço estético ou epistemológico”.

Para o autor, o grande desafio é perceber como a narrativa reconstrói a realidade ou como tece e constrói sentidos. Assim, percebemos que os autores quilombolas não se limitaram a copiar, mas, apoiados nas bagagens históricas e culturais, reinventaram criativamente o real, como se infere desse trecho extraído do poema “Meu Quilombo”:

Na escolinha da comunidade
Li livros que contam estórias
De palácios, reis e rainhas
De poesias de amor
Li até a canção do exílio
Que o poeta escreveu,
Minha terra tem palmeiras
Onde canta o sabiá.
Poeta não conhece o meu quilombo
(Poema “Meu Quilombo”, p. 21).

Nos trechos acima, percebe-se a necessidade de crítica e releituras das histórias oficiais contadas nos livros didáticos. Infere-se desse posicionamento que a narradora apresenta-se como uma menina, cujo texto denuncia que na Canção do Exílio, de Gonçalves Dias, não existem conteúdos que falem da realidade na qual vive. O autor de Canção do Exílio e, possivelmente, autores de livros didáticos com os quais ela estudou, não conheceram o seu território: “Poeta não conhece o meu quilombo”. Os livros que tem histórias de reis e rainhas, de poesias e de amor, como ela narra, não são próximos, não a representam.

A fala da autora quilombola nos remete ao fato de que, mesmo existindo uma Lei (Nº 10.639/2002) que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, não se percebe efetivamente esta discussão nas escolas, nos livros didáticos, os quais ainda trazem a escravidão africana no Brasil como tema, mas sem levar em conta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira.

Mas a autora não se dá por vencida, e, se o poeta não conhece o quilombo, ela conhece. Nas linhas seguintes, a quilombola descreve o que tem em sua comunidade, fala da tradição, de danças típicas como a sussia⁵, da religiosidade, dos homens e mulheres, dos modos de vida e práticas culturais. Ela faz uma narrativa sobre si, sobre o que aprende na escola, sobre o território que ocupa e com o qual estabelece suas relações cotidianas; das práticas culturais, trazendo traços da história do seu povo, que não aprendeu na escola, mas sim porque lhe contaram seus pais ou avós.

Outras narrativas reforçam o sentimento de orgulho e a afirmação da identidade, da história de dor e resistência, dos homens e mulheres fortes que são, dos sentimentos e dos cabelos “torrados” que possuem, do ser mulher quilombola, do ser homem negro e forte, da importância que a cultura e a tradição têm em suas vidas.

[...]
Ser Quilombola é ter orgulho
É assumir o pouco que tem
Assumir o cabelo torrado
E a pele negra também

5 Sussia (sussa ou suça) é uma dança folclórica de origem escravagista, dançada comumente na folia do Divino Espírito Santo em muitas cidades do Tocantins; a jequitaiá é um passo da dança no qual os bailarinos simulam ataques pela formiga comum da região amazônica. Cf: RODRIGUES, C. T. O.; BISPO, M.O. Súcia: uma dança de manifestação cultural e religiosidade em Monte do Carmo – TO. Disponível em: <https://sistemas2.uft.edu.br:8004/index.php/producaoacademica/article/download/1935/8578/>.

Ser Quilombola é ter coragem
E amor no coração
(Poema “Ser Quilombola”, p. 25).

[...]
Ser Quilombola é ser forte
É não negar a sua cor
Não negar a sua origem
É mostrar seu valor
Antes éramos desprezados
Só servia como escravos
Hoje, somos sonhadores
Ser Quilombola é ter cultura
Cultura em uma comunidade
Onde trabalhamos juntos
Em termo de igualdade
Um por todos, todos por um
Somos simples e comum
Não existe falsidade.
Ser Quilombola é mostrar!
Então mostre quem você é.
Seus antepassados foram tristes
Tanto o homem, quanto a mulher.
(Poema “Ser Quilombola”, p. 69).

[...]
Sou negro guerreiro com meus pés no chão...
Temos danças de tambores, congada e foliões...
Sou negro guerreiro com meus pés no chão...
Vamos todos dar um viva para todos os Santos,
em especial São João...
(Poema “Negro Guerreiro”, p. 49).

[...]
Não é só para contar da minha cor
Mas, sim para da minha família falar
Não de agora, mas dos meus antepassados
Que há muitos anos foram escravos.
(Poema “Ser Quilombola”, p. 61).

Estes textos estabelecem novas condições de afirmação da identidade e do reconhecimento do “ser quilombola”. Destaca-se, neste sentido, o posicionamento político, para além do espaço, do lugar, do ambiente, das questões de gênero, mas nos “entre-lugares”, como nos apresenta Bhabha. Pois, “ser quilombola é você ter a sua própria identidade, em qualquer lugar do mundo”⁶. São os “entre-lugares”, como uma identificação que não é fixa, que “fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade” (BHABHA, 2013, p. 20).

Para o autor, é necessário ir além das narrativas de subjetividades originais e iniciais, ou seja, a singularidade de categorias conceituais como classe e gênero, por exemplo, e focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais, necessários, portanto, para a mobilização política destes grupos no sentido de restabelecer laços com o território, nesse aspecto, o lugar demarcado, lugar praticado.

⁶ Extraído do Livro “Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares”, p. 57.

Considerações finais

As identidades são construídas, e a construção de uma identidade quilombola remota experiências herdadas dos povos africanos escravizados no país. A escravidão negra disseminada pelo território brasileiro perdurou por mais de três séculos, dos quais se colhe até os dias hoje, vergonhosamente, frutos como a discriminação étnico-racial, extermínio da juventude negra, violência contra a mulher, entre outros.

Ao longo dos séculos, os povos africanos e seus remanescentes, considerando os contextos de cada época e as questões que envolvem as práticas culturais e os territórios que ocupam, foram desempenhando papéis secundários, forçados em sua maioria, e construindo suas identidades a partir dos significados que organizavam para si. Permitir que estes povos estabeleçam sua organização social e reconstruam suas identidades perpassa pelo entendimento destas relações com o território, constituído tanto pelo espaço demarcado quanto pelas histórias, valores e modos de fazer compartilhados.

Considerando as discussões sobre o conceito quilombo/quilombola, especialmente identificados nas narrativas do livro “Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares”, é preciso romper com algumas questões e pensar no contexto atual, em que a construção de uma identidade quilombola perpassa pela relação do grupo com seu território e com as práticas culturais inerentes a cada comunidade reelaboradas em seus ambientes, não de maneira homogeneizada, considerando as noções de territorialidade e os novos papéis sociais que cada grupo vem estabelecendo. Ou seja, configura-se uma relação dialógica entre o lugar, o cotidiano e a cultura.

A partir das vozes estudadas neste artigo divulgadas no livro em foco, percebemos que os quilombolas se reinventam, não somente com o que aprendem nos livros da escola, mas com o que vivem e a partir do que aprendem com seus parentes; que constroem narrativas que estendem a noção de território para além do lugar, mas que reforçam o quilombo como espaço político, de luta, de resistência, devolutiva histórica, espaço de articulação de suas identidades.

A obra publicada permitiu que homens, mulheres, crianças e idosos quilombolas pudessem se expressar e narrar seu cotidiano e os elementos que formam seus modos de ser e fazer atuais. Acreditamos ainda que o livro constitui-se um elemento educativo por meio do qual os seus autores evidenciam suas experiências cotidianas, suas raízes e seus entendimentos frente aos processos sociais e políticos que os envolvem.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). Disponível em http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/oque/home_oque.html. Acessado em 10 de dez. de 2016.

BHABHA, H. **O local da Cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de L. Reis, Gláucia R. Gonçalves. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BRASIL. **Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2003/D4887.htm. Acesso em 10 jan. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso: 05 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Comunidades Remanescentes de Quilombos**. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Ministério Da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Quadro Geral por Estados e Regiões: Certidões expedidas**. 2017. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/file/2017/09/quadro-geral-09-2017.pdf>. Acesso em: 02 out. 2007.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COORDENAÇÃO Estadual das Comunidades Quilombolas do Estado do Tocantins (COEQTO); Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO). **Os Territórios Quilombolas no Tocantins**. 2.ed. Palmas, 2016.

GONÇALVES, Pedro Alexandre Conceição Aires; NOGUEIRA, Rose Dayanne Santana. (Org.). **Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares**. Palmas: Defensoria Pública do Estado do Tocantins, 2016. Disponível em: <http://ww2.defensoria.to.gov.br/documento/20751/download>. Acesso em: 05 dez. 2016.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS. **Defensoria Pública do Estado do Tocantins promovendo o acesso à justiça**. Palmas, 2017. Disponível em: <http://ww2.defensoria.to.gov.br/pagina/16923>. Acesso em: 10 jan. 2017.

FLORES, Kátia Maia; SILVA, João Gonçalo Mendes da. *Quilombos: a formação de territórios tradicionais no Tocantins*. In: **Populações tradicionais do Tocantins: culturas e saberes de comunidades quilombolas**. ANDRADE, Karylleila; FLORES, Kátia Maia; BODNAR, Roseli. (Org.). Palmas/Tocantins: UFT, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Boletim Gaúcho de Geografia, n. 29, jan., 2003, pp. 11–24. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>. Acesso em 05 dez. 2016.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

LEITE, Ilka Boaventura. *Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas*. Etnográfica, Lisboa, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em: http://xa.yimg.com/kq/groups/21569000/1973737197/name/Vol_iv_N2_333-354.pdf. Acesso em: 16 dez. 2016

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Por que estudar narrativas*. In: MOTTA, Célia Ladeira; MOTTA, Luiz Gonzaga; CUNHA, Maria Jandyra (Orgs). **Narrativas Midiáticas**. Florianópolis: Insular, 2012.

_____. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora UNB, 2013.

ROCHA, Gabriela de Freitas Figueiredo. *A territorialidade quilombola resignificando o território brasileiro: uma análise interdisciplinar*. **E-cadernos Identidades, Cidania e Estado**, n. 07, 2010. Disponível em: <http://eces.revues.org/417>. Acesso em 05 dez. 2016.

SANTOS, Elisabeth da Conceição. **Educação ambiental e festas populares: um estudo de caso na Amazônia utilizando o Festival Folclórico de Parintins**. Manaus: EDUA, 2012.

Recebido em 26 de maio de 2017.

Aceito em 2 de outubro de 2017.